



PODER JUDICIÁRIO DA UNIÃO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 18ª REGIÃO
 Secretaria da Corregedoria Regional

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO

ANO:	2014
-------------	------

TIPO DE CORREIÇÃO:	ORDINÁRIA
---------------------------	-----------

MODALIDADE:	SEMIPRESENCIAL
--------------------	----------------

UNIDADE CORREICIONADA:	VARA DO TRABALHO DE GOIANÉSIA
-------------------------------	-------------------------------

PERÍODO CORREICIONADO:	01/06/2013 à 31/05/2014
-------------------------------	-------------------------

CORREGEDOR:	DESEMBARGADOR ALDON DO VALE ALVES TAGLIALEGNA
--------------------	---

EQUIPE CORREICIONAL	
SERVIDOR	FUNÇÃO
Marcelo Marques de Matos	Diretor de Secretaria da Corregedoria Regional
Bruno Barbosa Dib	Assistente
José Fernando Teixeira Mendes	Assistente
Marina Sabino Coutinho	Assistente
Nádia Maria Lopes dos Santos	Assistente

1 – MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL DA UNIDADE NO PERÍODO CORREICIONADO

Item	Movimentação processual	QUANTIDADE
1	Processos recebidos na fase de conhecimento	2.062
2	Processos resolvidos	1.893
3	Produção	92%
4	Processos pendentes de solução em abril de 2013 (incluídas as sentenças anuladas)	283
5	Processos de execução remanescentes do período anterior (em 31/05/2013)	33
6	Execuções iniciadas no período de junho de 2013 a maio de 2014	516
7	Execuções finalizadas no período de junho de 2013 a maio de 2014	357
8	Execuções no arquivo provisório em maio de 2014	0
9	Processos suspensos por execução frustrada em maio de 2014	0
10	Total de execuções pendentes em maio de 2014	192

11	Número de processos recebidos no período correicionado anterior (1)	-
12	Número de processos recebidos neste período correicionado	2.062
13	Variação no quantitativo de processos recebidos em relação ao período anterior (%) (1)	-
14	Número de processos na fase de execução no período correicionado anterior	5
15	Número de processos na fase de execução neste período correicionado	703
16	Variação no quantitativo de processos em execução em relação ao período anterior (%) (1)	-

OBS 1.: A Unidade Correicionada foi instalada em 18 de dezembro de 2012, razão pela qual os dados não foram informados.

2 – ATIVIDADES DOS JUÍZES QUE ATUAM NA UNIDADE**2.1 – Juizes que atuam na unidade**

Juiz Titular	QUÉSSIO CÉSAR RABELO
Juiz Auxiliar	WANEISSA RODRIGUES VIEIRA
Juiz Substituto	-

2.2 – Residência do Juiz Titular

O Juiz(iza) Titular da Unidade correicionada reside nos limites territoriais de jurisdição da Vara (ou na Região Metropolitana)?	SIM	NÃO
	X	
Em caso de resposta negativa, qual o ato de autorização?		

2.3 – Assiduidade (dias da semana em que os juizes comparecem à Unidade)*

juiz	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Titular	X	X	X	X	-
Auxiliar fixo	X	X	X	X	-

* Quadro preenchido segundo informação do Diretor de Secretaria.

2.4 – Audiências

2.4.1 – Quantidade média de dias por semana em que há audiências:	4
--	---

Havendo Juiz Auxiliar na Unidade, as audiências são realizadas pelos Juizes Titular e Auxiliar em semanas alternadas?	SIM	NÃO
	X	

2.4.2 – Procedimento adotado em audiências (uma ou fracionada):

Rito	Una	Fracionada
Sumaríssimo		X
Ordinário		X

2.4.3 – Número de audiências realizadas:

Tipo de audiência	Média mensal
Audiências relativas a processos do rito Sumaríssimo	86
Audiências relativas a processos do rito Ordinário	226

2.4.4 – Prazo médio para audiências (iniciais ou unas) nos últimos 12 meses:

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	12
Ordinário	33

2.5 – Despachos

Média mensal de despachos exarados	220
Prazo médio (em dias) para exarar despachos	2
Processos aguardando despacho, nesta data, no prazo	44
Processos aguardando despacho, nesta data, fora do prazo	0

2.6 – Prolação de sentenças

2.6.1 – Média mensal de sentenças publicadas no período correicionado	77
--	----

2.6.2 – Prazo médio (em dias) para prolação de sentenças na fase de conhecimento

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo	11
Ordinário	11

2.6.3 – Prolação de sentenças líquidas

juiz	SUM	ORD
Juiz Titular	-	-
Juiz Auxiliar (se houver)	-	-
Juiz Substituto (se houver)	-	-

2.6.4 – Prazo médio para prolação de sentenças da fase executória	5
--	---

2.6.5 – Número de processos pendentes aguardando julgamento

Tipo de decisão	Fora do prazo
Sentença na fase de conhecimento	1
Sentença na fase executória	0
Embargos de declaração	0

2.6.6 – Processos aguardando julgamento, com prazo acima do limite legal (art. 189, II, do CPC)

Número único do processo	Data de encerramento da instrução	Prazo acumulado	Juiz(iza)
0011417-63.2013.5.18.0261	05/04/14	82	VIVIANE SILVA BORGES
TOTAL DE SENTENÇAS PENDENTES FORA DO PRAZO			1

2.7 – Entrega da prestação jurisdicional

Rito	Prazo médio
Sumaríssimo (Art. 852-H, § 7º, da CLT – 30 dias)	23
Ordinário (segundo diretriz da Administração)	55

2.8 – Conciliações

Especificação	SIM	NÃO
São incluídos em pauta, semanalmente, processos na fase de execução para tentativa de acordo?	X	
Índice de conciliação da 18ª Região (%)	42%	
Índice de conciliação da Vara do Trabalho (%)	20%	

2.9 – Taxa de congestionamento do período correicionado

Especificação	Taxa de congestionamento
Em toda a 18ª Região, na fase de conhecimento	27%
Na Unidade correicionada, na fase de conhecimento	8%
Em toda a 18ª Região, na fase de execução	71%
Na Unidade correicionada, na fase de execução	35%

3 – SECRETARIA DA VARA DO TRABALHO**3.1 – Estrutura da Secretaria****3.1.1 – Quadro de Pessoal**

Nome	Função	Situação
EDMILSON CALLOS GALDINO	DIRETOR DE SECRETARIA	EFETIVO
ALMIR DOMINGUES DE CARVALHO	OFICIAL DE JUSTIÇA	EFETIVO
ANA GISELLE DA SILVA COELHO	FC-5 (ASSISTENTE DE JUIZ)	EFETIVO
EDUARDO COUTINHO NEVES	FC-5 (ASSISTENTE DE DIRETOR)	EFETIVO
FERNANDA LEAL RAMOS	FC-5 (ASSISTENTE DE JUIZ)	EFETIVO
HELENA CRISTINA DE BRITO E SILVA	FC-3 (SECRETÁRIA DE AUDIÊNCIA)	EFETIVO
JOELMA MARINHO DE BRITO ABREU		EFETIVO
KARLA CAMPELO AMORIM	FC-2 (ASSISTENTE)	EFETIVO
LUANA CARVALHO ARANTES		EFETIVO
MARIA DAS GRAÇAS MUZZI DABUL CORRÊA	FC-2 (ASSISTENTE)	EFETIVO
MARLANA CARLA RIBEIRO	FC-2 (ASSISTENTE)	EFETIVO
PAOLLA VICTÓRIA PEREIRA ÁLVARES	FC-2 (ASSISTENTE)	EFETIVO
RENATA MARIA SOBREIRA MARQUES		EFETIVO
SABRINNA PINHEIRO LIMA	FC-3 (SECRETÁRIA DE AUDIÊNCIA)	EFETIVO
THAÍS BRITO FARIAS		EFETIVO
VERÔNICA BARREIRA FAZENDEIRO		EFETIVO
ANA CAROLINE MOREIRA DE OLIVEIRA		MENOR-APRENDIZ
KÉDES CALIXTO DA SILVA		ESTAGIÁRIO
TÚLIO COSTA SILVA BRAGA		ESTAGIÁRIO

3.1.2 – Recursos tecnológicos

Equipamento	Quantidade
Computadores	21
Notebooks	2
Impressoras	1
Multifuncionais	3
Fax	0
Digitalizadora	1
Leitores óticos	1

3.2 – Prazos da Secretaria

Ato processual	Prazo médio
Cumprimento de despachos e outros atos judiciais	1
Atualização de cálculos	5
Cumprimento de diligências pelos oficiais de justiça	9

3.3 – Gestão ambiental

Ações de preservação e recuperação	Desenvolvidas
Conscientização quanto ao consumo racional de água, a fim de evitar desperdícios	X
Consumo racional de energia elétrica	X
Utilização do correio eletrônico, malote digital e mensagens instantâneas em softwares homologados pelo tribunal em substituição à correspondência impressa	X
Impressão de documentos utilizando, sempre que possível, a frente e o verso do papel	X
Aproveitamento de papel usado como rascunho	X
Utilização de copos/xícaras de vidro/louça (pelo público interno) em lugar dos descartáveis	X
Separação e coleta seletiva do lixo produzido pela Unidade	
Plantio de árvores/arbustos e preservação dos recursos vegetais existentes	

4 – PROCEDIMENTOS ADOTADOS PELA UNIDADE JUDICIÁRIA

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
1	A unidade realiza, no sistema PJe-JT, o lançamento dos andamentos estatísticos, visando alimentar corretamente a ferramenta e-Gestão, como, por exemplo: solução, execução iniciada, execução encerrada, liquidação iniciada, liquidação encerrada e arquivamento, de maneira a retratar com exatidão as informações relativas à unidades e aos magistrados, conforme, inclusive, o teor do Ofício Circular nº 05/2014/TRT18-SCR, o art. 49 do PGC e o art. 18, “f” da Consolidação dos Provimentos da CGJT? Em caso de não atendimento ou atendimento parcial, apresentar justificativa.	X		
2	A unidade procede ao lançamento concomitante, no SAJ18, dos andamentos similares dos processos que tramitam no Sistema PJe-JT, conforme Ofício-Circular TRT 18ª SCJ nº 16/2013?	X		
3	A unidade revisa os dados cadastrais das partes, especialmente o CPF/CNPJ, nos termos dos arts. 47 e 48 do PGC?	X		
4	O Juiz inclui em pauta os processos na fase de execução para tentativa de acordo, nos termos art. 18, “e” da Consolidação dos Provimentos da CGJT ? (indicar no campo “observações” com qual frequência: semanal, quinzenal ou mensal)		X	
5	A unidade realiza a intimação do MPT da designação da audiência, bem como das sentenças prolatadas e acordos homologados, nas ações em que figuram como partes ou intervenientes pessoa idosa ou menor (art. 346 do PGC)? (Em caso afirmativo, dar 10 exemplos).		x	
6	As intimações da PGF, relativamente aos acordos homologados, são feitas após o vencimento da avença, conforme previsto no art. 175 do PGC?	X		
7	A unidade procede à atualização dos cálculos, nos termos do art. 154 do PGC?	X		
8	Nos casos em que a decisão for líquida ou quando o valor da conta for inequivocamente superior ao do depósito recursal, a unidade procede à liberação do depósito recursal, independente de requerimento da parte, nos termos do art. 195 do PGC? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
9	A remessa de processos ao TRT em virtude da interposição de recursos é precedida de exame de admissibilidade recursal por despacho do Juiz e certidão da secretaria, conforme art. 18, "I" da Consolidação do Provimentos da CGJT?	X		
10	A unidade adota o procedimento previsto no art. 86, parágrafo 3º do PGC, no sentido de encaminhar à Procuradoria Federal em Goiás, e para o TST, por meio eletrônico, cópia da sentença que reconheça conduta culposa do empregador em acidente de trabalho, a fim de subsidiar eventual ajuizamento de ação regressiva? (Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
11	O Juízo determina a citação do sócio em caso de desconsideração da personalidade jurídica da empresa executada, nos exatos termos do art. 18, "G" da Consolidação do Provimentos da CGJT, com a consequente alteração dos dados cadastrais nos sistemas informatizados?(Em caso afirmativo, dar 5 exemplos)	X		
12	Nas execuções suspensas por inércia do credor, é expedida certidão de crédito ao credor, nos termos do art. 242 do PGC? Em caso afirmativo, qual o procedimento adotados após a expedição?		X	
13	No caso de execução de crédito trabalhista em que se tenha dado a decretação da falência do executado ou este se encontre em recuperação judicial, a vara do trabalho procede à expedição de certidão de crédito, nos termos do art. 247 do PGC? A expedição da certidão de crédito importa no arquivamento provisório do processo, nos termos do artigo 246 do novo PGC?	X		
14	Nas execuções fiscais e previdenciárias suspensas por inércia do credor, o Juízo envia os autos ao arquivo provisório e, após a ocorrência da prescrição intercorrente, extingue o processo, nos termos do art. 40, § 4º, da Lei nº 6.830/80?	X		
15	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui os números das CDAs e as datas de inscrição, conforme o disposto no art. 8º, IV, da Lei nº 6.830/80 e 183 do PGC?	X		

Item	Procedimento	Sim	Não	OBSERVAÇÕES
16	Nos editais de citação, nas execuções fiscais, a Unidade inclui o prazo do edital (30 dias) e o prazo para o executado pagar ou garantir a dívida (5 dias), conforme art. 8º da Lei nº 6.830/80?	X		
17	A unidade obedece o disposto no art. 179 do PGC, no sentido de utilizar todos os meios de execução nas Ações de Execução de crédito previdenciário, inclusive os previstos no art. 159 do PGC?	X		
18	Lançamento, imediatamente após a ocorrência, dos valores de custas e recolhimentos fiscais e previdenciários, inclusive das custas recolhidas quando da interposição de recursos ordinários, bem como os valores pagos em acordo ou execução, nos termos dos arts. 163 parágrafo 2º do PGC?	X		
19	A Unidade faz a revisão dos saldos remanescentes nas contas judiciais, mediante consulta ao banco depositário, liberando, quando possível, os créditos ou transferindo-os para outro processo? (em caso positivo, providenciar cópia da última relação obtida junto ao banco e entregar à equipe correicional)	X		
20	É cumprido o procedimento regulamentado no Ofício Circular SCJ nº 83/2009, de 27/05/2009, quanto ao preenchimento e à juntada aos autos da certidão de verificação das condições de arquivamento (check list) e indicando o prazo de guarda dos autos, possibilitando a futura eliminação dos autos sem a necessidade de nova conferência?	X		
21	A unidade procede, periodicamente, à revisão dos processos não alimentados, não validados ou com lançamentos que impedem a inclusão no BNDT – Banco Nacional de Devedores Trabalhistas, conforme orientação constante das Mensagens SCJ nºs 30/2012 e 32/2012?	X		
22	No caso da unidade proceder à distribuição de mandados judiciais, é utilizado o Sistema de Mandados Judiciais Eletrônicos para a distribuição dos mandados, conforme Ofício Circular SCJ nº 40/2013?	X		
23	A unidade alimenta o sistema de registro de bens penhorados, conforme Ofício Circular SCJ nº 401/2013?	-	-	
24	Informe o número de servidores com certificação digital e devidamente cadastrados no Pje-JT, quando for o caso.	-	-	10
25	A Unidade possui Núcleo Permanente de Conciliação? Em caso afirmativo indicar o ato normativo que o instituiu.		X	
26	A unidade adota ações específicas visando o cumprimento das Metas Nacionais do Judiciário, instituídas pelo CNJ para o ano de 2014? Em caso afirmativo, cite-as.	X		

5 – SISTEMAS INFORMATIZADOS E CONVÊNIOS**5.1 – Convênios**

CONVÊNIO	UTILIZA independentemente de solicitação da parte	UTILIZA mediante solicitação da parte	NÃO UTILIZA
BACENJUD	X		
RENAJUD	X		
DETRAN	X		
INFOJUD	X		
INFOSEG			X
INCRA	X		
JUCEG	X		
SRTE (envio de sentenças por e-mail)	X		
CEF (envio de sentenças por e-mail)	X		
RFB (envio de sentenças por e-mail)	X		

5.2 – Sistemas informatizados

SISTEMA	UTILIZA	NÃO UTILIZA
Sistema AUD	X	
Sistema SAJ18	X	
Módulo Despacho Expresso do SAJ18		X
Sistema de Proc. Eletrônico de Cartas Precatórias	X	
Sistema de Cálculos	X	
Sistema de Guias	X	
Sistema de Emissão de DARF/GRU	X	

6.2 – Constatções decorrentes da inspeção processual

Item	Constatações
1	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao arquivo, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza corretamente o Check List elaborado pela Secretaria de Coordenação Judiciária para o arquivamento dos processos, certificando a inexistência de pendências e indicando o prazo de guarda dos autos, conforme tabela de temporalidade, cumprindo o disposto no artigo 336 do PGC (processos: 10951/2013-69, 11007/2013-05, 11494/2013-72).
2	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Vara do Trabalho cumpre o disposto no artigo 81 do PGC, uma vez que constam das decisões condenatórias de pessoas jurídicas, com valores a serem recolhidos a título de contribuição previdenciária, orientações acerca das obrigações acessórias, inclusive da necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd-0011432-32.2013.5.18.0261, RTOrd-0011423-70.2013.5.18.0261, RTOrd-0012261-13.2013.5.18.0261, RTOrd-0012294-03.2013.5.18.0261, RTSum-0011631-54.2013.5.18.0261, RTOrd-0011128-33.2013.5.18.0261, RTSum-0012423-08.2013.5.18.0261, RTSum-0012412-76.2013.5.18.0261 e RTSum-0012542-66.2013.5.18.0261).
3	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara expede os ofícios determinados na sentença, PORÉM DE FORMA FÍSICA (por AR), sem utilizar dos meios eletrônicos, conforme convênios estabelecidos (processos: RTSum-0012423-08.2013.5.18.0261, RTSum-0012412-76.2013.5.18.0261 e RTSum-0012542-66.2013.5.18.0261).
4	Nos processos a seguir relacionados, com sentenças proferidas, constatou-se que a Secretaria da Vara certifica o trânsito em julgado das sentenças proferidas, cumprindo o disposto no artigo 97 do PGC (processos: RTOrd-0011432-32.2013.5.18.0261, RTOrd-0011423-70.2013.5.18.0261, RTOrd-0012261-13.2013.5.18.0261, RTOrd-0012294-03.2013.5.18.0261, RTSum-0011631-54.2013.5.18.0261, RTOrd-0011128-33.2013.5.18.0261, RTSum-0012423-08.2013.5.18.0261, RTSum-0012412-76.2013.5.18.0261 e RTSum-0012542-66.2013.5.18.0261).
5	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que nos acordos homologados pela Vara do Trabalho são CUMPRIDAS AS DISPOSIÇÕES DOS ARTIGOS 76 E 81 DO PGC, uma vez que as atas homologatórias contêm as orientações acerca das obrigações previdenciárias, especialmente quanto à necessidade de entrega da GFIP, nos termos do artigo 177 do mesmo diploma normativo (processos: RTOrd-0011438-39.2013.5.18.0261, RTOrd-0012233-45.2013.5.18.0261, RTOrd-0011662-74.2013.5.18.0261, RTOrd-0010845-10.2013.5.18.0261, RTSum-0012614-53.2013.5.18.0261 E RTOrd-0012244-74.2013.5.18.0261).
6	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se a utilização de conta PARTICULAR para pagamento dos acordos homologados (processos: RTOrd-0011438-39.2013.5.18.0261, RTOrd-0012233-45.2013.5.18.0261, RTOrd-0011662-74.2013.5.18.0261, RTOrd-0010845-10.2013.5.18.0261, RTSum-0012614-53.2013.5.18.0261 E RTOrd-0012244-74.2013.5.18.0261).
7	Nos processos a seguir relacionados, em que houve conciliação, constatou-se que a Secretaria da Vara LANÇA NO SISTEMA PJE-JT os valores referentes aos acordos pagos, cumprindo disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0011438-39.2013.5.18.0261, RTOrd-0012233-45.2013.5.18.0261, RTOrd-0011662-74.2013.5.18.0261, RTOrd-0010845-10.2013.5.18.0261, RTSum-0012614-53.2013.5.18.0261 E RTOrd-0012244-74.2013.5.18.0261).

Item	Constatações
8	Constatou-se, em 16/06/2014, através do módulo de gerenciamento de processos – Birô, que não foi detectado um número significativo de processos com data limite vencida.
9	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Vara do Trabalho aplica, mediante despacho fundamentado, o procedimento previsto no artigo 40 da Lei 6830/80, suspendendo a execução pelo prazo de 01 (um) ano (processos: RTOrd 0010645-03.2013.5.18.0261, RTSum 0010115-96.2013.5.18.0261 e RTSum 0011076-37.2013.5.18.0261).
10	Nos processos a seguir relacionados, cujas execuções foram suspensas, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJE o movimento "SUSPENSO O PROCESSO POR EXECUÇÃO FRUSTRADA", conforme determinação do Juízo (processos: RTOrd 0010645-03.2013.5.18.0261, RTSum 0010115-96.2013.5.18.0261 e RTSum 0011076-37.2013.5.18.0261).
11	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara NÃO EXPEDE OFÍCIO à Secretaria da Receita Federal, nos casos em que o reclamado não comprova nos autos o envio da GFIP, descumprindo o § 3º do artigo 177 do PGC (processos: RTOrd-0011429-77.2013.5.18.0261, RTOrd-0011956-29.2013.5.18.0261, RTOrd-0011267-82.2013.5.18.0261, RTOrd-0010632-04.2013.5.18.0261, RTOrd-0010993-21.2013.5.18.0261).
12	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJE os valores referentes ao recolhimento previdenciário e às custas arrecadadas, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0011429-77.2013.5.18.0261, RTOrd-0011956-29.2013.5.18.0261, RTOrd-0011267-82.2013.5.18.0261, RTOrd-0010632-04.2013.5.18.0261, RTOrd-0010993-21.2013.5.18.0261).
13	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução previdenciária, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJE os movimentos que representam o início e o fim da execução (processos: RTOrd-0011429-77.2013.5.18.0261, RTOrd-0011956-29.2013.5.18.0261, RTOrd-0011267-82.2013.5.18.0261, RTOrd-0010632-04.2013.5.18.0261, RTOrd-0010993-21.2013.5.18.0261).
14	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho utiliza sistematicamente os convênios BACENJUD, RENAJUD, INCRA e INFOJUD, independentemente do requerimento da parte, na tentativa de encontrar bens do executado para constrição, cumprindo o disposto no artigo 159 do PGC, além de utilizar, de ofício, outras medidas como, por exemplo, desconsideração da personalidade jurídica, expedição de mandado de penhora e avaliação e expedição de ofício à JUCEG, (processos: RTOrd-0010950-84.2013.5.18.0261, RTOrd-0011273-89.2013.5.18.0261, RTOrd-0011439-24.2013.5.18.0261, RTOrd-0010618-20.2013.5.18.0261, RTOrd-0010688-37.2013.5.18.0261, RTOrd-0011273-89.2013.5.18.0261, RTOrd-0011801-26.2013.5.18.0261, RTOrd-0011090-21.2013.5.18.0261 e RTOrd-0010969-90.2013.5.18.0261).
15	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho cita os sócios antes de qualquer medida constritiva de seus bens, resguardados os benefícios do artigo 596, § 1º do PGC, nos casos de desconsideração da personalidade jurídica, cumprindo o disposto no artigo 160 do PGC (processos: RTOrd-0011090-21.2013.5.18.0261 e RTOrd-0010969-90.2013.5.18.0261).
16	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Vara do Trabalho libera imediatamente o depósito recursal ao exequente, após a liquidação dos cálculos, nos casos em que o valor da conta é inequivocamente superior ao referido depósito, cumprindo o disposto no artigo 195 do PGC (processos: RTOrd-0010379-16.2013.5.18.0261 e RTOrd-0010368-84.2013.5.18.0261).

Item	Constatações
17	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJE os valores decorrentes da execução, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTOrd-0010379-16.2013.5.18.0261 e RTOrd-0010368-84.2013.5.18.0261).
18	Nos processos a seguir relacionados, em fase de execução trabalhista, constatou-se que a Secretaria da Vara lança corretamente no sistema informatizado PJE os andamentos que informam o início e o fim da execução, nos momentos previstos nos incisos I e II do artigo 1º do Provimento TRT 18ª SCR nº 3/2013, bem como os andamentos de todos os atos processuais relevantes praticados, cumprindo o disposto no artigo 49 do PGC (processos: RTOrd-0010379-16.2013.5.18.0261, RTOrd-0010368-84.2013.5.18.0261, RTOrd-0010950-84.2013.5.18.0261, RTOrd-0011273-89.2013.5.18.0261, RTOrd-0011439-24.2013.5.18.0261, RTOrd-0010618-20.2013.5.18.0261, RTOrd-0010688-37.2013.5.18.0261, RTOrd-0011273-89.2013.5.18.0261, RTOrd-0011801-26.2013.5.18.0261, RTOrd-0011090-21.2013.5.18.0261 e RTOrd-0010969-90.2013.5.18.0261).
19	Nos processos a seguir relacionados, constatou-se que a Vara NÃO INTIMA o Ministério Público do Trabalho das audiências iniciais designadas, das sentenças proferidas e dos acordos homologados, nos processos em que figuram como parte ou interveniente IDOSOS, DESCUMPRINDO O DISPOSTO NO ARTIGO 346 DO PGC (processos: RTOrd-0011627-17.2013.5.18.0261, RTOrd-0010247-22.2014.5.18.0261, RTSum-0012138-15.2013.5.18.0261 e RTSum-0010703-06.2013.5.18.0261).
20	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara do Trabalho certifica os feriados, indica o rito adotado e o nome do Juiz prolator da sentença, nos casos de envios dos autos ao Tribunal para apreciação de recursos, conforme disposto no art. 128 do PGC. Constatou-se, ainda, que a Vara do Trabalho analisa os pressupostos processuais nos despachos de admissibilidade dos recursos (processos: RTSum 0010130-31.2014.5.18.0261, RTSum 0011958-96.2013.5.18.0261, RTSum 0012611-98.2013.5.18.0261, RTOrd 0010098-26.2014.5.18.0261).
21	Nos processos a seguir relacionados, remetidos ao TRT, constatou-se que a Secretaria da Vara lança no sistema informatizado PJE O valor das custas arrecadadas nos recursos ordinários interpostos, cumprindo o disposto no artigo 163 do PGC (processos: RTSum 0010130-31.2014.5.18.0261, RTSum 0011958-96.2013.5.18.0261, RTSum 0012611-98.2013.5.18.0261 e RTOrd 0010098-26.2014.5.18.0261).
22	Analizadas as pautas de audiências do período compreendido entre os dias 18/06/2013 e 11/06/2014, constatou-se que: (1º) são realizadas audiências de terça a quinta-feira; (2º) o atraso médio para início de audiências é de 05 minutos; e (3º) em média, são incluídos, diariamente, na pauta de audiências, 13 (treze) processos.
23	Analizados em 18/06/2014, por amostragem, os processos a seguir relacionados, constatou-se que o prazo médio para elaboração de despachos é de 02 (dois) dias, em conformidade com o previsto no artigo 189, inciso I do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho. Constatou-se, também, que o prazo médio para cumprimento de despachos e diligências pela Secretaria da Vara é de 02 (dois) dias, em conformidade com o prazo previsto no artigo 190, inciso II do CPC, de aplicação subsidiária ao processo do trabalho (processos: RTSum 0010130-31.2014.5.18.0261, RTSum 0011958-96.2013.5.18.0261, RTSum-0010703-06.2013.5.18.0261, RTOrd 0010645-03.2013.5.18.0261).
24	Analizados, em 18/06/2014, os processos a seguir relacionados, tomados por amostragem, constatou-se os seguintes prazos médios para solução de incidentes nas fases de conhecimento e execução: 5 (cinco) dias para julgamento de incidentes na fase de conhecimento e 5 (cinco) dias para julgamento de incidentes na fase de execução (Processos: 11890/2013-49, 11613/2013-33, 11550/2013-08, 10662/2013-39).